



Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

Revista do PPGEA/FURG-RS

ISSN 1517-1256

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

PRÁTICAS DE LEITURA E QUESTÕES AMBIENTAIS EM LIVROS DIDÁTICOS

Raquel Lazzari Leite Barbosa¹

RESUMO: Os conteúdos inseridos em livros didáticos costumam estar estreitamente relacionados ao modo como uma sociedade se vê em diferentes momentos de sua história e à preservação de certos valores dentro dessa sociedade. Assim, a qualidade de saberes e o tipo de formação que se quer difundir no meio social, por via de textos editados para atender à escolaridade, encontram balizas em interferências de ordem sócio-político-econômico-cultural próprias dos momentos vividos pela sociedade. O trabalho envolve o estudo de práticas de leitura e representações sobre meio ambiente contidas em livros didáticos indicados por escolas públicas da cidade de Assis-SP, nos anos de 1997, 2000 e 2003 (Ensino Fundamental e Médio nas disciplinas de Ciências, Geografia e História). O objetivo foi entrar na discussão sobre a interação entre conteúdos inseridos em livros didáticos, adotados por escolas, e a realidade vivida por alunos.

Palavras-chave: ensino fundamental e médio; livros didáticos; prática de leitura; meio ambiente.

ABSTRACT: Course books contents are usually related to the way a society sees itself in different moments of its history as well as to the remains of certain values in this same society. This way, the quality of knowledge and the kind of formation intended to be spread in social environment through texts published for schools are posts in social, political, economical and cultural interferences that belong to that specific time. Our paper involves the study of reading activities and representations on the environment that are in the course books used by public schools in Assis –SP in 1997, 2000 and 2003 (primary and secondary schools in subjects like Sciences, Geography and History). The objective was to discuss the interaction among the contents of those books and the reality of the students.

¹ Professora Livre-docente do Departamento de Educação da FCL - UNESP- Assis-SP e Professora Orientadora do Programa de Mestrado em Educação da FFC-UNESP - Marília-SP. Grupo de pesquisa GEPLENP (certificado pelo CNPq).

Endereço correspondência: Travessa Brasil, 505 – Vl. Fiúza – Assis-SP – CEP - 19814-240. E-mail: raqueleite@uol.com.br

Keywords: education; primary and secondary school; course books; reading activity; environment.

Introdução

O trabalho se fundamenta no conceito de representação de Roger Chartier e envolve o estudo de práticas de leitura e representações sobre meio ambiente contidas em livros didáticos indicados por escolas públicas da cidade de Assis-SP, nos anos de 1997, 2000 e 2003 (séries do Ensino Fundamental e Médio nas disciplinas de Ciências, Geografia e História). Envolve também a análise de representações sobre meio ambiente, veiculadas por jornais dessa mesma cidade.

O objetivo foi entrar na discussão sobre a interação entre conteúdos inseridos em livros didáticos, adotados por escolas, e informações conhecidas pela comunidade, via mídia. Foi também, objetivo da análise discutir a importância do livro didático como componente do sistema de ensino no Brasil. As mudanças nas formas da utilização desses livros foram vistas mais como decorrência das transformações sócio-político-econômicas ocorridas na sociedade brasileira em diferentes períodos, do que em função de mudanças, especificamente, dirigidas à substituição do livro didático como um recurso dentro da escolaridade. Foi atribuída especial atenção ao contexto histórico (cidade de Assis – SP.) no qual estão inseridas as escolas (EE “Dona Carolina Francini Burali”; EE “Profa. Cleophânia Galvão da Silva”; EE “Dr. Clybas Pinto Ferraz”; EE “Prof. Ernani Rodrigues”; EE “Prof. Léo Pizzato” e EE. “Profa. Lourdes Pereira”) que se prontificaram a colaborar com o trabalho, bem como, ao histórico dos livros didáticos. Esta historicidade foi tratada de modo geral no Brasil e, mais especificamente no contexto – Assis-SP – onde estão situadas as escolas indicadoras dos livros estudados.

Por meio de trechos extraídos de textos – selecionados a partir de dois conjuntos estabelecidos como básicos: homem natureza e nova ordem mundial – sobre representações do meio ambiente contidas nos livros didáticos observados, foram escolhidos sub-temas. Esses sub-temas possibilitaram estabelecer um contraponto entre temas tratados nos livros didáticos estudados e notícias (versando sobre questões ambientais) divulgadas em jornais regionais. Assim, as imagens sobre meio ambiente possibilitaram uma identificação de representações correntes na escola e na comunidade. Possibilitaram também disponibilizar uma medida sobre a existência ou não de consonância entre tais representações.

Dimensão ambiental e projetos educacionais

O impulso à geração deste estudo incorporou o pressuposto de que, no mundo contemporâneo, é fundamental a presença da dimensão ambiental em projetos educacionais. O complexo processo de globalização requer, cada vez mais, discussões em diferentes níveis a respeito do redesenho da geografia, do intercâmbio mundial, do tratamento dado ao meio ambiente, enfim, da interpenetração natureza/sociedade.

O que se procurou fazer no trabalho foi jogar sobre um dos objetos de estudo, o livro didático, uma característica histórica que a sociedade e a escola lhe atribuem, isto é, a de ser um reforçador de valores que merecem ser preservados, valores legitimados socialmente. Sobre a escola jogou-se a figura mítica de espaço institucionalizado que interage com a comunidade, referendando valores já aceitos ou a serem adotados. O contraponto estabelecido com notícias veiculadas em meio de comunicação (jornais regionais) fechou o círculo composto por interfaces da relação comunidade, escola e práticas de leitura.

As atividades relacionadas ao ensino/aprendizagem defrontam-se hoje com uma realidade que exige a incorporação de metas diferenciadas, metas de ruptura com a linearidade, com o facilitário. Faz-se necessário acompanhar as mudanças sociais, científicas, culturais, tecnológicas vigentes e aquelas em perspectiva. No que concerne à problemática ambiental, pode-se dizer que é, sobretudo, uma “questão de ordem, ética, filosófica e política” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.15). Para Damatta (1993, p.118), no Brasil impera ainda uma visão encantada da sociedade, à qual corresponde uma visão encantada da natureza (vide Hino Nacional Brasileiro).

O panorama presente no século XXI exige um repensar sobre a relação humanidade/natureza, sobre caminhos diferentes daqueles dirigidos para a busca de maior capacidade de consumo. Tal repensar aponta para problemas diversificados e complexos como a relação entre formação escolar e a preservação ambiental.

Nessa linha se incluem questões hoje presentes na escolaridade. O ingresso nas escolas de uma clientela diferenciada social e economicamente, em especial a partir da década de 1960, vem exigindo mudanças nas relações vigentes entre espaço escolar institucionalizado e comunidade, bem como o enfrentamento de transformações ocorridas no perfil da clientela das escolas.

O ensino/aprendizagem em escolas de grau fundamental e médio, ao lado de saberes científicos, culturais e técnicos, presume a disseminação de condutas voltadas para a formação do cidadão integrado e apto a desenvolver práticas previstas socialmente. Contudo,

diante da nova dinâmica social, da clientela escolar ampliada e diferenciada, programas institucionais não se têm mostrado capazes de acompanhar o ritmo requerido. A própria sistemática escolar vem sendo colocada em causa e, assim, também as práticas de leitura e os livros didáticos adotados pelas escolas.

Para Larrosa (2004, p. 33), a questão da *experiência* – entendida como vivência – levanta a possibilidade de, na atualidade, essa *experiência* não estar encontrando correspondência na escolaridade e de a escola, como instituição, estar defasada da realidade.

Assim, pode ser aventada a hipótese de que uma das tarefas capaz de concorrer para compatibilizar dinâmica social e processo educacional institucionalizado seria procurar diagnosticar, precocemente, tendências que orientam o incremento de formas de relações sociais e de sistemas escolares. Dessa forma, poderia haver um planejamento e atuação das escolas mais compatível com o desenvolvimento social.

Enfoques sobre questões ambientais guardam sempre um viés político e envolvem conceitos aceitos e valorizados por diferentes grupos sociais. Investigar representações sócio-ambientais pressupõe, portanto, admitir a complexidade do objeto de reflexão e dos significados de práticas sociais.

A discussão com base na pesquisa sobre conteúdos de livros didáticos respeitou um recorte cronológico, um tempo (1997/2000/2003), tempo de mudanças nas indicações de livros didáticos no sistema educacional no Brasil. A distribuição dos livros didáticos para as escolas (Ensino Fundamental), segundo o programa do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), se faz a cada três anos. Ao final de cada ano é solicitada a devolução dos livros por parte dos alunos para que possam ser destinados a alunos do ano seguinte. Em escolas de Assis (SP), passados os três anos, alguns dos livros eram remanejados para outras escolas, de acordo com solicitações de seus professores. A quantidade de livros, muitas vezes, não era suficiente para atender a todos os alunos e, nesse caso, os livros ficavam na biblioteca para requisição quando necessário. No período pesquisado, poucas escolas adotavam livros didáticos para o Ensino Médio.

Os livros didáticos observados e os temas neles levantados não envolveram um tratamento estatístico. As abordagens inscritas no trabalho privilegiaram a indicação de tendências e o reconhecimento de questões valorizadas no momento estudado.

A fundamentação da pesquisa envolveu além da colaboração de professores de Escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio e da Diretoria de Ensino de Assis, pesquisa em jornais de circulação local e alguns de circulação nacional, além de pesquisa em arquivos.

Livros didáticos no Brasil

A procura de itinerários adequados, por parte das escolas, para formar os jovens, tem, no Brasil, de modo geral, contado com o recurso a livros didáticos. Os conteúdos inseridos nesses livros costumam estar estreitamente relacionados ao modo como a sociedade se vê em diferentes momentos da história e, ainda, ao papel que assume na preservação de certos valores.

O sistema educacional brasileiro tem passado por inúmeras reformas atinentes aos diferentes momentos de sua história. Essas reformas vêm constituindo-se em objeto de pesquisa e de muitos questionamentos. Questionamentos, por exemplo, sobre as condições que induzem às reformulações e sobre os efeitos de tais reformulações no sistema de escolaridade. O livro didático, como rede de textos dirigida ao ensino, representa um testemunho dos direcionamentos dados às reformas educacionais. Configuram-se, pode-se dizer, em amostras dos diferentes modelos adotados e executados no decorrer do processo de institucionalização da educação escolar no Brasil (MATTE, 2002).

Nessa qualidade de símbolo, os livros didáticos aparecem como chave para o entendimento de formas de entrelaçamento entre práticas de leitura e a vida social. Em grande parte, o ensino público brasileiro tem se ancorado em leituras de caráter “formativo”, em especial em leituras de livros editados para essa finalidade.

O Estado brasileiro, em sua forma de organização, guarda um caráter de árbitro entre o ensino no país e a população objeto desse ensino. O recurso a livros didáticos, editados e indicados para práticas de leitura escolar, integram esse sistema de arbitragem. Nessa condição, a maneira de atuação do Estado e as políticas públicas adotadas adquirem feições diferenciadas conforme a situação histórica vigente.

O entendimento sobre a política em relação a livros didáticos no Brasil, não pode ser desvinculada da história social do país. A escolaridade e o ensino institucionalizado são partes integrantes da sociedade, seja na busca da redução de desigualdades, seja na reprodução de situações consolidadas.

Livros e práticas de leitura guardam uma identidade comumente enredada em disciplinas ministradas. O livro didático, a cada momento, sofre transformações e o seu ingresso no rol de objetos de estudo envolve ciclos diversos com inovações, capacitações diferenciadas, formas diversas de socialização, mudanças no privilegiamento de autores e na formação de leitores, nos modos de impressão, de divulgação, de utilização. O livro didático absorve e retrata transformações, pseudo transformações e especificidades do mundo social

mais amplo.

Um estudo para a compreensão do papel de livros e de práticas de leitura numa comunidade inclui discussões sobre singularidades regionais sempre situadas dentro de panorama mais geral.

Para Milton Santos (2004, p. 321 e 337), não existe um espaço global, mas, apenas espaços da globalização. A localidade se opõe à globalidade, mas também se confunde com ela, diz o autor.

Nessa linha, singularidades da região estudada incorporam dilemas referentes à polaridade entre o local, o nacional, o internacional, bem como a articulação entre esses níveis. Nesse sentido foi considerado importante abordar certas singularidades do contexto, da cidade de Assis, onde se situam as escolas que indicaram os livros didáticos analisados.

O contexto da pesquisa: cidade e escolas de Assis-SP

A região onde se situa a cidade de Assis, interior de São Paulo (440 km da capital), foi ocupada, economicamente, na primeira metade do século XX em função do avanço da fronteira agrícola, em especial, por plantações de café. O “progresso” almejado pela população tinha como pontos de referência principais, a multiplicação de estradas de rodagem, extensão da ferrovia e ampliação de oportunidades de escolarização. A “Estrada de Ferro Sorocabana” dava o norte para o surgimento, estagnação e até para o traçado da cidade.

Essa região foi marcada no século XX, assim como outras cidades do Brasil, por um acelerado processo de urbanização. Esse processo reforçava anseios da população por mais escolas. À escolaridade eram atribuídas qualidades especiais para se atingir ascensão social (BARBOSA, 2001).

Assim, a educação, no sentido de instrução, cada vez mais passou a ser relacionada ao conceito de progresso.

Durante grande parte do século XX as transformações de cidades no Brasil, foram acompanhadas de novas perspectivas em relação à escolarização e aos valores sociais que deveriam acompanhá-las. Na cidade de Assis, jornais foram sendo criados: *Jornal de Assis* (1921), *A Notícia* (1935), *Correio de Assis*, *Gazeta de Assis*, *Voz da Terra*, *Diário de Assis*, *Jornal da Segunda*. Inauguraram-se também emissoras de rádio: *Rádio Difusora*, *Rádio Cultura*, *Rádio Antena Jovem*; *Rádio Cultura FM*. Também a televisão chegou à cidade com seus retransmissores no início da década de 1960 e a TV por assinatura por volta de 1995.

Na região de Assis, a conjuntura internacional e medidas governamentais tomadas, especialmente a partir da segunda metade do século XX, favoreceram o desenvolvimento da agroindústria. A criação do programa pró-álcool deu impulso a essa atividade que se tornou predominante.

A mão-de-obra de caráter permanente (colonos que viviam nas fazendas de café) foi substituída, aos poucos, pela mão-de-obra temporária ocasionando desemprego em massa nos períodos de entressafra e crescente expulsão de populações da zona rural para a urbana.

Nesse contexto uma das formas de pessoas com pouca ou nenhuma frequência à escola procurarem sua inserção no mundo letrado costumava ser o apelo a um tipo de imaginário social. Pesquisas informam que tais pessoas investiam na ilusão da competência que dispensaria o letramento. Diziam que suas habilidades lhes propiciavam o poder de superação de dificuldades para enfrentar questões do cotidiano, desconsideravam o saber ler e escrever que lhes fora roubado (BARBOSA, 1998).

Segundo o Censo de 2000 - IBGE, Educação – a cidade de Assis concentrava, nesse ano, 87.251 habitantes. O resultado apresentado pelo Censo mostra que 94% dos habitantes, com idade igual e superior a 10 anos, foram considerados como alfabetizados, ou seja, 69.581 pessoas frequentavam a escola ou haviam concluído os estudos. O mesmo Censo de 2000 dá também um panorama geral da cidade de Assis apresentado, no que se refere à educação, da seguinte forma: 04 unidades de ensino superior; 14 unidades na rede estadual de ensino; 06 unidades de cursos profissionalizantes; 08 unidades de ensino na rede particular; 27 unidades na rede municipal de ensino, sendo 07 EMEI e 20 EMEIF.

O que entrelaçava o grau de escolaridade e os anseios vigentes no contexto social era a constante busca de melhorias em diversos setores, em especial, no setor educacional visando a gerar efeitos multiplicativos. A dinâmica da cidade, de modo geral, apresentava surtos de maior desenvolvimento e de quase estagnação. O resultado desse panorama era a consolidação de uma imagem da escolaridade como redencionista e caminho certo para se atingir o progresso.

Escolas de Assis e livros didáticos

Por meio de depoimentos de professores e de alunos de escolas de Assis (BARBOSA, 2001/2007) foi possível constatar a frequência de existência de grandes problemas envolvendo a indicação de textos para práticas de leitura.

Na história do ensino fundamental em Assis, de início, estavam presentes os chamados "livros de leitura", que eram muito valorizados pelos professores. Os "livros de leitura" se constituíam em símbolos, reservatórios de imagens, cultuados por professores e alunos.

Com a adoção da sistemática de distribuição de livros didáticos para o ensino fundamental passou-se a fazer coincidir essa distribuição com o início do ano letivo para facilitar o controle no recebimento, a entrega imediata aos alunos e o levantamento das necessidades de reserva técnica.

Em pesquisa (BARBOSA, 2007) em escolas de Assis para a obtenção de informações sobre o funcionamento do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) foi possível constatar-se que, por exemplo: a escolha/distribuição de livros didáticos, na maioria das escolas públicas de Assis, ficava a cargo dos professores, sob a supervisão da coordenação de ensino de cada escola. No que se refere aos livros didáticos para os alunos do nível médio de ensino, ainda em 2006, esses livros estavam somente disponibilizados nas bibliotecas na modalidade de empréstimos para efeito de estudos e de pesquisa.

A análise de conteúdos sobre questões sócio-ambientais inseridas nos livros didáticos permitiu a seleção e análise de temas sobre meio ambiente, além do trabalho de comparação com as notícias investigadas em jornais regionais.

As observações a respeito dos temas contidos em livros didáticos indicados para as disciplinas de Ciências, Geografia e História do Ensino Fundamental e Médio, consubstanciaram-se em ponte não só para um conhecimento dos conteúdos sobre meio ambiente inseridos nesses livros como para o estabelecimento de contraponto com notícias conhecidas pela comunidade.

O tratamento dado a conceitos sócio-ambientais procurou levar em conta questões relativas, especialmente, à sustentabilidade ambiental, tema geral privilegiado nas programações das instituições de ensino, na mídia de modo geral e em reuniões de poderes constituídos, no país e na cidade de Assis. Assim, a análise de questões sócio-ambientais foi dirigida para um conceito com caráter abrangente que possibilitou conferir a existência de consonância entre problemas presentes na comunidade em que se inserem as escolas e os conteúdos dos livros didáticos. O tema geral possibilitou selecionar questões consideradas representativas dentro do espaço cultural da realidade brasileira mais atual.

Foram, então, estabelecidos conjuntos temáticos básicos: homem/meio ambiente e nova ordem mundial. Tais conjuntos complementados por sub-temas possibilitaram inferir que, de modo geral, os livros didáticos indicados pelas escolas públicas investiam na

abordagem de questões relativas ao meio ambiente. Consideravam tal tema como um valor a ser discutido para a preservação da vida do ser humano e para a vivência em sociedade.

Os textos escolhidos como referenciais exemplificavam visões sobre a organização do espaço geográfico levada a efeito pelo homem como uma atividade dinâmica, modificada constantemente, organização sempre sujeita a interpretação de caráter sócio/político/econômico/cultural.

Por meio dos extratos de texto selecionados, foi possível também inferir que alguns dos livros didáticos estudados procuravam evidenciar a legitimidade dada às diferentes formas de organização do espaço geográfico em diversas situações sociais, além de enfatizar o devido compartilhamento de responsabilidades dentro da sociedade, camuflando muitas vezes as desigualdades.

Por outro lado as notícias divulgadas pelos jornais pesquisados envolviam, por exemplo, chamadas à participação da população para manter a cidade limpa. (*Gazeta do Vale*, p. 1, 13/05/97). Concomitantemente as escolas eram mobilizadas para participarem de campanhas de conscientização na semana de combate à “dengue” (*Voz da Terra*, p. 3, 15/05/97).

Manchetes dos jornais alertavam também para o problema do tratamento do lixo (*Voz da Terra*, p. 5, 16/02/2001), apelando para a necessidade de mudança radical na proteção à natureza. (*Voz da Terra*, p. 5, 31/05/1998 – Variedades).

A respeito do tema água um jornal afirmava: “Se nada for feito agora, certamente em um futuro próximo enfrentaremos [...] uma grave crise” (*Voz da Terra*, p. 4, 28/06/98). Outro destaque freqüentemente presente na imprensa regional e nos livros didáticos era o dirigido para o tema reflorestamento. Era salientada também a questão referente à legislação ambiental. A Legislação Ambiental se constituía em um dos temas também referidos em livros didáticos.

Portanto, no momento estudado, os problemas que afetam o meio ambiente estavam presentes na mídia regional repercutiam entre a população e encontravam repercussão em programas escolares. O confronto feito entre temas propostos em livros didáticos e assuntos divulgados em jornais regionais mostra certa convergência entre o discurso e as leituras indicadas pelas escolas. Ambos diferentes da realidade próxima.

Assim, pode ser enfatizada a importância do estabelecimento de contraponto entre o que se recomenda como leitura obrigatória em escolas e o que, concomitantemente, circula como notícia na mídia sobre diferentes temas. Contudo, atuações em prol do relacionamento homem/meio ambiente não dispensam uma orientação pedagógica adequada. A prática de

leitura, em livros didáticos em escolas, requer sempre muito e sempre a complementaridade analítica.

Nos livros didáticos observados, alguns conceitos eram bastante enfatizados, ao passo que outros, também importantes não eram apresentados. Em relação aos jornais, freqüentemente eram publicadas notícias sobre questões ambientais ligadas à região, que provocavam grandes polêmicas, especialmente, quando o foco estava centrado em obras que envolviam grandes valores econômicos: construção de usinas hidrelétricas, sistema de queimadas de canaviais, utilização de recursos hídricos, obrigatoriedade de reflorestamento.

No momento estudado, a relação entre práticas de leitura (entendidas como práticas culturais), livros didáticos e comportamentos valorizados socialmente sobre meio ambiente, parecia estar contribuindo, para o entendimento de propostas sobre os recursos naturais do planeta.

Medidas de âmbito nacional reforçavam essa hipótese. Transitava, naquele momento, um projeto de Lei criando a obrigatoriedade do ensino em escolas de nível fundamental e médio, de temas relacionados ao meio-ambiente, não como uma disciplina específica, mas como tema a ser abordado por todas as disciplinas envolvidas na formação do aluno. Acontecimentos, como a possível promulgação dessa lei, indicavam boas perspectivas.

Contudo, quando se põe em foco o poder da mídia, fica em aberto uma questão maior que diz respeito ao raio de ação reservado à instituição escolar. Nessa perspectiva cresce a importância de dirigir-se especial atenção às condições em que se estabelecem certos liames sociais, exercício de poder e papel destinado ao sistema escolar e por extensão ao caráter dado aos livros didáticos.

Considerações finais

A produção editorial no Brasil de modo geral, nas últimas décadas do século XX, prosseguiu concentrada no eixo São Paulo/Rio de Janeiro. Em 1996 foi efetivada, por comissão designada pelo MEC, a primeira avaliação dos livros utilizados no Ensino Fundamental. A implantação desse sistema provocou mudanças positivas no cenário do livro didático (ZANCHETTA JR., 2003).

O mercado brasileiro do livro vem expandindo-se celeremente e o seu carro chefe continua sendo o livro didático (MÉNDEZ, 2003 p. 63)

O livro didático, além de seu aspecto pedagógico, envolve ligações com políticas adotadas pelo Estado Brasileiro, autores, mercado editorial, enfim, com aspectos pedagógicos,

políticos, econômicos e culturais. Sua adoção é estratégica no funcionamento do sistema educacional brasileiro. É o principal instrumento de ensino/aprendizagem em sala de aula. Sob o aspecto econômico, como mercadoria, é fonte de lucro e de renda para editores, é promotor de empregos tanto para funcionários e técnicos dos organismos estatais como para particulares. Sob o aspecto cultural, é instrumento político-ideológico e representa um veículo de permanência e/ou de transformação social.

O livro didático não contém uma interpretação acabada. Requer preparo do professor e do aluno para a sua utilização. Requer conhecimento do trabalho do autor, como ele se situa no campo daquele saber, quais as relações do tema com outros temas afins, com o rol das experiências pessoais do leitor e com outras interpretações sobre o assunto. A diversificação de fontes é essencial como complemento de leituras. O livro didático desempenha papel de instrumento importante, mas auxiliar.

O consumo do livro didático encerra também uma relação com outras questões como a da sua escolha. A escolha não é do leitor, é do professor, da escola, do governo. O processo de escolha envolve uma diversidade de mecanismos prévios, sejam eles ligados a valores sociais, a questões de políticas educacionais ou não educacionais. Existem mecanismos prévios de “censura” e tais mecanismos são respeitados e também impostos pelas editoras.

Acrescente-se, a esse dado, a inserção do tratamento dado em livros didáticos a questões relativas à dinâmica social e estará configurada a necessidade de permanente análise desse recurso presente nas instituições escolares.

Discutir o modo como instituições escolares tratam temas diferenciados, em evidência no processo social, por via de práticas de leitura, significa contribuir, ampliar conhecimentos, inclusive sobre o desafio da preservação ambiental.

Ainda a respeito dessas questões sempre polêmicas, pode ser interposto o papel da historicidade que cada leitor carrega. Pela via da historicidade o leitor pode ser considerado um “constituído” de sentido de sua leitura. Assim como a linguagem detém uma dinâmica e sofre permanentemente modificações de formas e sentidos, os leitores são singulares em cada momento e, portanto, ao agirem diferentemente diante de suportes do escrito, podem estar conformando sentidos diversos de entendimento, transformando-se em constituidores de sentido. No percurso que cumprem a escritura e a leitura adquirem contornos diferenciados. Os suportes, contextos, épocas, condições, de modo geral, podem, acredita-se, acarretar variabilidade de entendimento de textos.

No recorte aqui privilegiado dentro do rol de suportes de texto, o segmento livro didático, pode-se dizer que a leitura sofre inferências diversas daquelas próprias de leituras

em outros segmentos de livros. A prática de leitura em livro didático pressupõe a possibilidade de verificar se e como o leitor assimilou o conteúdo inserido no livro. Pressupõe, também, a possibilidade de identificação do leitor e o conhecimento da repercussão que a leitura possa apresentar em função de condições espaciais, temporais e sócio-econômicas, individuais e coletivas.

O suporte livro didático, entre os demais livros, de alguma forma retém a intenção de controlar a recepção por parte do leitor, o aluno. O leitor, nesse caso, na sua leitura em livro didático, fica enredado entre duas categorias contraditórias e inexoráveis. De um lado, não se esquiva, na prática da leitura, de sua vivência, de experiências anteriores e, por outro, deve adaptar-se a uma coerção dada pela própria constituição do texto organizado para atingir determinados objetivos.

A contribuição esperada na realização desta pesquisa foi a de clarear o trabalho sobre a dimensão ambiental em escolas e estimular formulações de programas de incentivo à compatibilização entre práticas de leitura e realidade próxima vivida por alunos e presente em comunidades, sejam elas regionais e/ou nacionais.

O confronto entre leituras de textos didáticos a respeito de temas sobre preservação ambiental e a realidade social conhecida, pode se configurar em estímulo à reflexão, por parte de alunos, no período escolar.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Jozimar Paes de. *Ecologia e história: a extinção do arco-íris*. Campinas: Papirus, 1988.

ALMEIDA PRADO, Antonio Lázaro de; MORELLI, Maria Sílvia Nórdia. *Assis: passado, presente e futuro*. Assis: Conosco. Gráfica & Editora Ltda, 2003.

BAJARD, Elie. *Ler e dizer: compreensão e comunicação do texto escrito*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999 (Coleção Questões da Nossa Época 28)

BARBOSA, Raquel L. L. *Dificuldades de leitura: a busca da chave do segredo*. São Paulo: Arte & Ciência, 1998.

_____. *A Construção do “Herói”*: leitura na escola. Assis-1920/1950. São Paulo: UNESP, 2001.

_____. *Práticas de Leitura no Ensino Fundamental e Médio*. Livros didáticos e conceitos sócio-ambientais (Assis, 1997-2003) Tese de Livre Docência apresentada à Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista - Campus de Assis. Assis, 2007.

- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. A imprensa periódica como fonte para a História do Brasil. In: *Anais do V Simpósio Nacional*. ANPHU, 1971. (levantamento de jornais brasileiros).
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- CORRÊA, Anna Maria Martinez. *Poder local e representatividade político-partidária no Vale do Paranapanema, 1920-1930*. Tese (Livre-docência em História da América). Faculdade de Ciências e Letras de Assis, UNESP, Assis-SP, 1988.
- DARNTON, Robert *O beijo de La Mourette*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 70-97.
- DAMATTA, Roberto. *Conta de mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- DANTAS, A. *Memória do patrimônio do Assis*. São Paulo: Pannartz, 1978.
- FARIA, Ana Lúcia G. de. *Ideologia no livro didático*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1986. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo)
- FERREIRA, Antônio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- FOUCAMBERT, Jean. *A leitura em questão*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- FREIRE, Paulo & SHOR, I. *Medo e ousadia: cotidiano do professor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREITAG, Bárbara et al. *O livro didático em questão*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989. (Coleção Educação Contemporânea)
- GERALDI, João Wanderley (org). *O texto na sala de aula: leitura e produção*. 2. ed. Cascavel: ASSOESTE, 1984.
- GRAZIANI, Maude; CORRÊA, Elizeu de Moraes. Decreto n. 24643, de 10 de julho de 1934. *Coletânea de Legislação Ambiental*. Curitiba: Imprensa Oficial, 1996.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil (sua história)*. Trad. Maria da Penha Villalobos e Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: T. A. Queiroz. São Paulo: EDUSP, 1985.
- LAJOLO, Marisa. Livro didático: um (quase) manual de usuário. *Em aberto*. Brasília, ano 16, n. 69, p. 3-9. jan/mar. 1996.
- LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A leitura rarefeita*. São Paulo, Brasiliense, 1991.
- LARROSA, Jorge. Algunas notas sobre la experiencia y sus lenguajes. In: BARBOSA, R. L. L. (ORG.) *Formação de educadores: desafios e perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

- MARCÍLIO, Maria Luiza. *História da escola em São Paulo e no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Fernand Braudel, 2005.
- MATTE, Cecília Hanna. Reforma de ensino e currículo: problematizando inovações nas práticas pedagógicas. In: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite. *Trajetórias e perspectivas da formação de educadores*. São Paulo: Editora da UNESP, 2002, p. 573-578.
- MÉNDEZ, Mário Castillo. O livro e a educação: aspectos políticos da produção do livro didático. In: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite (org.). *Formação de educadores: desafios e perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 2003, p. 57-70.
- PFROMM NETO, Samuel; ROSAMILHA, Nelson; DIB, Cláudio Zaki. *O livro da educação*. Rio de Janeiro: Primor/ INL, 1974.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2004. (Coleção Milton Santos, 1)
- SILVA, Ezequiel Theodoro da. *De olhos abertos: reflexões sobre o desenvolvimento da leitura no Brasil*. São Paulo: Ótica, 1991.
- VESSSENTINI, Carlos Alberto. Política e imprensa. Alguns exemplos de 1928. In: *Anais do Museu Paulista USP*, 1984, p. 33.
- ZILBERMAN, Regina. *Fim do livro, fim dos leitores?* São Paulo: SENAC, 2001.

Recebido em 06/04/2009
Aprovado em 29/05/2009